

Sem votação vetos de Sarney

A Mesa do Congresso Nacional ainda não estabeleceu o prazo para iniciar a apreciação dos 29 vetos do presidente José Sarney a projetos de lei que foram aprovados no ano passado. A maioria dos vetos trata de assuntos considerados prioritários para as lideranças partidárias, como parte do Orçamento da União para este ano e da nova legislação do imposto de renda, além dos vetos totais ao aumento dos funcionários do Poder Judiciário e o novo valor do salário mínimo.

A votação do Plano Verão e as negociações para o novo regimento interno da Câmara desviaram as atenções dos parlamentares. Nas negociações de liderança, o assunto não chegou a ser tratado com muita atenção e, por isso, o presidente do Congresso, senador Nélson Carneiro (PMDB-RJ) sequer autorizou a leitura dos vetos no plenário. Isso porque a partir do momento em que for feita a leitura, o Congresso tem apenas 30 dias para votá-lo em escrutínio secreto. Para a rejeição de um voto presidencial, segundo o artigo 66 da Constituição, são necessários votos da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Caso esse número não seja atingido, o voto presidencial prevalece, sendo necessária a aprovação de outro projeto de lei para a matéria em questão.

O vice-líder do PMDB, deputado Genebaldo Corrêa (BA), considera prematura a discussão dos vetos



Azize lamenta o “processo de lentidão” do Congresso Nacional

antes da instalação das Comissões permanentes da Câmara e Senado. Na sua opinião, as Comissões são prioritárias já que dependem delas o início da discussão de mais de 200 leis ordinárias e complementares que regulamentarão a nova Constituição.

Os partidos de esquerda, no entanto, não concordam com essa argumentação. Para eles, a votação dos vetos presidenciais tem priori-

dade, principalmente, por causa do novo salário mínimo. A liderança do PT, por exemplo, vem tentando há várias reuniões dar início a essa discussão que envolve também a elaboração de um calendário que agilize as votações.

O líder do PDS na Câmara, Amaral Netto (RJ), afirma que nem mesmo os 29 vetos presidenciais poderão ser votados este ano “por causa das eleições presiden-

ciais”. Pessimista, Amaral acha difícil o Congresso “votar qualquer coisa que não seja medida provisória”. A deputada Beth Azize (PSDB-AM) lamenta que o Congresso não esteja sabendo como sair desse “processo de lentidão que toma conta de todos”. Observa que desde a Constituinte, os parlamentares “não têm demonstrado disposição em dar início” aos trabalhos necessários à regulamentação da Constituição.

O deputado Nélson Jobim (PMDB-RS) acha que a mudança desse quadro do legislativo envolve uma mudança radical no comportamento dos parlamentares, dependendo muito pouco do regimento interno da Casa. Jobim, que foi líder do PMDB na Constituinte, diz que a “morosidade” que prevalece está diretamente ligada ao período da ditadura militar, onde a Câmara não tinha qualquer papel a não ser o “decorativo”.

Jobim fez, inclusive, um cálculo sobre a média de vivência legislativa dos parlamentares e concluiu que apenas 20% deles têm mandatos antes de 1964, 27% estão na primeira legislatura e o restante ingressou na vida política durante os governos militares. “É essa maioria que se habituou a trabalhar em uma Casa sem prerrogativas e, por isso, precisa reformular todos os seus conceitos para compreender o que é a Câmara atuante e com poderes”. (Carmem Kozak)